

PROJETO DE LEI Nº 3.334-A DE 1997

DESARQUIVADO



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO SR. PAULO PAIM)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:  
Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

DESPACHO:  
26/06/97 - (AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:  
A COM. DE TRABALHO, DE ADM. E SERV. PÚBLICO, EM 25 / 7 / 97

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CTHSP	25/07/97
CCJR	29/07/98
CCJR	08/04/99
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
CTASP	25/08/97	01/09/97
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a): José Permentel	Presidente: Biotte	
Comissão de: Trabalho, de Adm. e Serv. Público	Em: 25/08/97	
A(o) Sr(a). Deputado(a): Sandro Mabel (VISTA)	Presidente:	
Comissão de: Trabalho de Adm. e Serviço Público	Em: 20/11/97	
A(o) Sr(a). Deputado(a): Marcelo Seixas	Presidente:	
Comissão de: Constituição e Justiça	Em: 24/06/99	
A(o) Sr(a). Deputado(a): MENDES RIBEIRO Fº	Presidente:	
Comissão de: Constituição e Justiça e de Redação	Em: 30/05/00	
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em: / /	
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em: / /	
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em: / /	
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em: / /	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.334, DE 1997  
(DO SR. PAULO PAIM)



Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II  
Trabalho, de Adm. e Serviço Público,  
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)

Em 26/06/97

PRESIDENTE

**3334**  
**PROJETO DE LEI Nº , DE 1997**  
**(Do Sr. PAULO PAIM)**

**ORDINÁRIA**

Acrescenta parágrafo único ao artigo 31 da  
Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre  
a proibição de anotações desabonadoras na Carteira  
de Trabalho e Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 31 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a  
vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 31. ....

Parágrafo único. É vedado ao empregador efetuar anotações  
desabonadoras ao empregado em sua Carteira de Trabalho e  
Previdência Social, sob pena de sujeitar-se à multa prevista no art.  
52 deste Capítulo."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tem sido prática de certos empregadores, uma minoria,  
felizmente, efetuar anotações desabonadoras aos empregados em suas Carteiras de





CÂMARA DOS DEPUTADOS



Trabalho e Previdência Social. Tal procedimento, contudo, não se coaduna com os princípios e com a finalidade social de que se reveste o direito do trabalho.

A redação anterior da CLT, em seu artigo 32, proibia expressamente a averbação de notas que desabonassem a conduta do possuidor da Carteira de Trabalho. Com o advento do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, aprovou-se nova redação para o artigo, o qual permanece ainda hoje em vigor, não mais subsistindo a menção expressa à proibição.

De qualquer sorte, o entendimento pacificado tanto na doutrina quanto na jurisprudência é o de que permanece vedado proceder anotação prejudicial ao empregado em sua Carteira de Trabalho, independentemente da atual redação do artigo.

Nossa intenção é a de tornar explícita, novamente, no corpo da Consolidação das Leis do Trabalho a proibição de anotar na CTPS questões que depreciem o empregado quanto à sua vida profissional, com respaldo nas decisões proferidas pelas Cortes de Justiça trabalhistas e nos posicionamentos manifestados por especialistas da matéria, eliminando qualquer dúvida que possa surgir sobre a questão.

Demonstrada a importância do tema e o seu manifesto interesse público, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares em sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de 06 de 1997.

26/06/97

  
Deputado PAULO PAIM



# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI 5.452 DE 01 DE MAIO DE 1943

*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.*

.....

## TÍTULO II Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho

### CAPÍTULO I Da Identificação Profissional

.....

#### SEÇÃO IV Das Anotações

.....

Art. 31 - Aos portadores de Carteiras de Trabalho e Previdência Social fica assegurado o direito de as apresentar aos órgãos autorizados, para o fim de ser anotado o que for cabível, não podendo ser recusada a solicitação, nem cobrado emolumento não previsto em lei.

\* Art. 31 com redação dada pelo Decreto-lei número 229, de 28/02/1967.

Art. 32 - As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteiras Profissionais serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará.

\* Artigo, "caput", com redação dada pelo Decreto-lei número 229, de 28/02/1967.

Parágrafo único. As Delegacias Regionais e os órgãos autorizados deverão comunicar ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra todas as alterações que anotarem nas Carteiras Profissionais.

\* Parágrafo com redação dada pelo Decreto-lei número 229, de 28/02/1967.

.....

.....



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS



DECRETO-LEI Nº 229 — DE 13 DE  
FEVEREIRO DE 1967

*Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando a necessidade imperiosa da adaptação de diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho às alterações decorrentes de recentes modificações de ordem administrativa no Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando o mesmo imperativo com relação a outros dispositivos de ordem processual ou atinentes à matéria de interesse da Segurança Nacional, seja pela sua própria natureza, seja pelas suas repercussões econômico-sociais, decreta:

Art. 1º Os artigos adiante indicados do Capítulo I "Da Identificação Profissional" do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. É obrigatória a Carteira Profissional prevista neste Capítulo, para o exercício de qualquer emprego, ainda que em caráter temporário, e para o exercício, por conta própria, de atividade profissional remunerada.

§ 1º Equipara-se à Carteira Profissional a carteira especial instituída para o exercício de emprego em atividade disciplinada por regulamentação própria, bem como a do menor de que trata a Seção III, do Capítulo IV, do Título III desta Consolidação.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.334/97

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25/08/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 2 de setembro de 1997.

  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.334, DE 1997**

"Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social."

**Autor:** Deputado **PAULO PAIM**

**Relator:** Deputado **JOSÉ PIMENTEL**

**I - RELATÓRIO**

Pretende a presente iniciativa acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que fique proibido ao empregador, de forma expressa, efetuar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, anotações que lhe sejam desabonadoras.

Na justificção, o Autor alega que essa prática "não se coaduna com os princípios e com a finalidade social de que se reveste o direito do trabalho".

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

A Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - foi criada com vistas à identificação profissional do trabalhador, para fins específicos de anotações pertinentes ao contrato de trabalho e às de interesse da Previdência social.





A Consolidação das Leis do Trabalho determina, de forma exaustiva e detalhada, todos os procedimentos relativos à obtenção e ao uso desse documento profissional, obrigatório para o exercício de qualquer emprego e para o exercício, por conta própria, de atividade profissional remunerada.

Quanto às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, a CLT especifica as que são de responsabilidade do empregador, como: data de admissão, remuneração e condições especiais, se houver, e em quais momentos devem ser feitas tais anotações. Determina, ainda, que as declarações relativas aos dependentes deverão ser registradas nas fichas do empregado (arts. 29 e 32 da mencionada Lei).

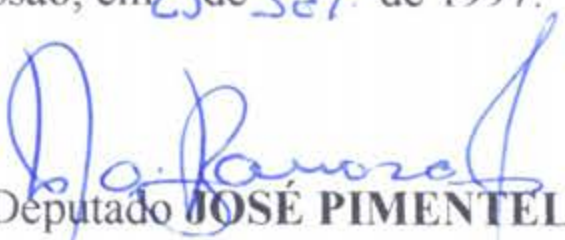
Como se vê, na legislação, não há qualquer espaço aberto ao empregador que lhe permita proceder, na carteira profissional de seu empregado, a anotações outras que não as estritamente relacionadas ao seu contrato laboral, especialmente em se tratando de anotações desabonadoras da conduta do trabalhador, decorrentes de julgamentos, muitas vezes, subjetivos, nem sempre bem fundamentadas e das quais podem resultar injustos prejuízos à vida profissional do trabalhador.

Outrossim, para evitar abusos nessa direção que, não raro, ocorrem na prática, é válida a proposta de se tornar explícita a sua proibição pela via legal.

No entanto, com vistas a melhorar o projeto, estamos apresentando um substitutivo que pretende alterar a redação da ementa para proceder à sua correção e incluir a alteração prevista no art. 29 da CLT, por julgarmos que há maior afinidade da matéria com a do precitado dispositivo.

Eis por que somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.334, de 1997, nos termos do substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em 23 de SET. de 1997.

  
Deputado **JOSÉ PIMENTEL**  
Relator





**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.334, DE 1997**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

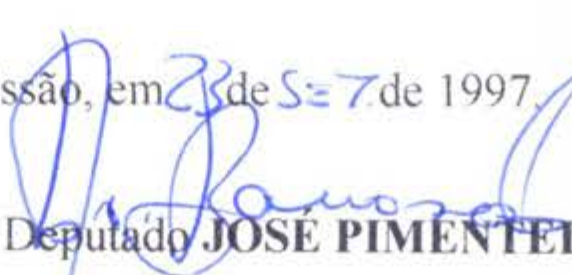
Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 29.....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento da multa prevista no art. 52 deste Capítulo.

Sala da Comissão, em 23 de Set de 1997.

  
Deputado **JOSE PIMENTEL**  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

### PROJETO DE LEI Nº 3.334/97

Nos termos do art. 119, **caput**, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 24/09/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Substitutivo oferecido pelo Relator.

Sala da Comissão, em 03 de outubro de 1997.

Leila Machado Campos de Freitas  
p/Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
50ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

**PROJETO DE LEI Nº 3.334, DE 1997**

**PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, com substitutivo, o Projeto de Lei nº 3.334/97, nos termos do parecer do Relator, Deputado José Pimentel.

Estiveram presentes os senhores Deputados Pedro Henry, Presidente; Jovair Arantes, Jaime Martins e Jair Meneguelli, Vice-Presidentes; Paulo Rocha, Miguel Rossetto, Luciano Castro, José Pimentel, Domingos Leonelli, Marcus Vicente, Bosco França, Chico Vigilante, Pinheiro Landim, Benedito Guimarães, Expedito Júnior, Sandro Mabel, Mendonça Filho, Wilson Braga, Benedito Domingos, Milton Mendes e José Carlos Vieira.

Sala da Comissão, em 15 de abril de 1998.



Deputado **PEDRO HENRY**  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**50ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**PROJETO DE LEI Nº 3.334, DE 1997**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

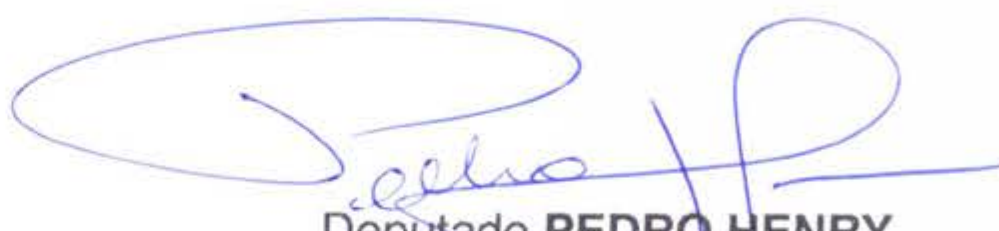
Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art.29.....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo."

Sala da Comissão, em 15 de abril de 1998.

  
Deputado **PEDRO HENRY**  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997 (DO SR. PAULO PAIM)**

Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### **S U M Á R I O**

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do Relator
  - substitutivo oferecido pelo Relator
  - termo de recebimento de emendas ao substitutivo
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão



Publique-se.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**50ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

Em 09/06/98 Presidente

Ofício nº 143/98

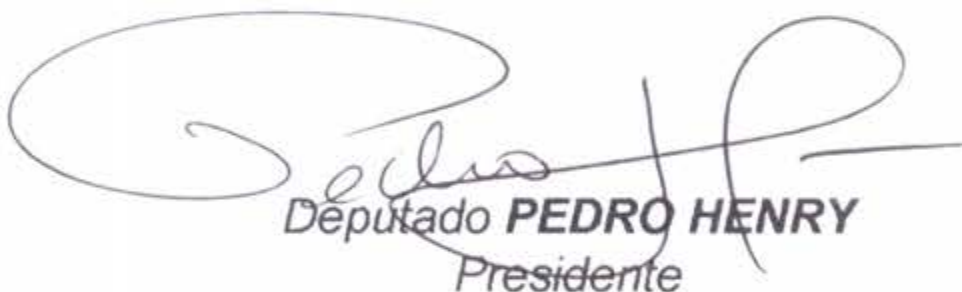
Brasília, 30 de abril de 1998.

Senhor Presidente

Comunico a V.Exa., para os fins previstos no artigo 58 do Regimento Interno, que esta Comissão APROVOU o Projeto de Lei nº 3.334/97 - do Sr. Paulo Paim - que "acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social".

Solicito que sejam tomadas as devidas providências.

Atenciosamente,

  
Deputado **PEDRO HENRY**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **MICHEL TEMER**  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
N E S T A



Lote: 76  
Caixa: 170  
PL N° 3334/1997  
15

SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	
Ass: S. Atas	n.º 1294/98
Data: 29/05/98	Hora: 9.16
Ass: Rongda	Ponto: 3.491



## DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

O nobre Deputado PAULO PAIM formulou, em 10 de fevereiro do corrente ano, requerimento de desarquivamento de proposições de sua autoria, com fulcro no art. 105, parágrafo único do Regimento Interno.

No tocante à matéria, defiro, presentes os requisitos constantes do art. 105 do RICD, o desarquivamento das seguintes proposições: PL 1.009/88; PL 3.535/89; PL 3.814/89; PL 4.101/89; PL 4.676/90; PL 5.237/90; PL 5.919/90; PL 5.948/90; PL 5958/90; PL 505/91; PL 660/91; PL 984/91; PL 2.704/92; PL 2.878/92; PL 3.406/92; PL 3.814/93; PL 4.565/94; PL 4.567/94; PL 4.573/94; PL 4.585/94; PL 4.594/94; PL 4.653/94; PL 4.710/94; PL 4.853/94; PL 2/95; PL 124/95; PL 139/95; PL 380/95; PL 403/95; PL 552/95; PL 661/95; PL 671/95; PL 759/95; PL 853/95; PL 871/95; PL 1.032/95; PL 1.239/95; PL 1.361/95; PL 367/95; PL 1.847/96; PL 1.959/96; PL 2.256/96; PL 2.286/96; PL 2.287/96; PL 2.320/96; PL 2.334/96; PRC 109/96; PDC 380/97; PDC 385/97; PEC 529/97; PL 3.658/97; PL 3.718/97; PL 3.724/97; PL 3.725/97; PL 3.794/97; PRC 118/97; PRC 123/97; PRC 135/97; PEC 540/97; PL 2.708/97; PL 2.713/97; PL 2.746/97; PL 2.864/97; PL 3.129/97; PL 3.333/97; PL 3.334/97; PL 3.407/97; PL 3.413/97; PL 3.474/97; PL 3.475/97; PL 3.657/97; PRC 140/97; PRC 156/97; PL 4.043/97; PL 4.042/97; PL 4.041/97; PL 4040/97; PL 4.039/97; PL 4.038/97; PL 4.037/97; PL 3.798/97; PL 3.868/97; PL 3.875/97; PL 3.910/97; PL 3.921/97; PL 4.024/97; PL 4.025/97; PL 4.026/97; PL 4.027/97; PL 4.028/97; PL 4.029/97; PL 4.030/97; PL 4.031/97; PL 4.032/97; PL 4.033/97; PL 4.034/97; PL 4.035/97; PL 4.036/97; PL 4.178/98; PL 4.179/98; PL 4.322/98; PL 4361/98; PL 4.370/98; PL 4.420/98; PL 4.507/98; PL 4.603/98; PL 4.644/98; PL 4.645/98; PL 4.652/98; PL 4.697/98; PL 4.699/98; PL 4.700/98; PL 4.701/98; PL 4.713/98; PL 4.714/98; PL 4.755/98; PL 4.829/98; PL 4.833/98; e PL 4.639/98. Indefiro quanto às demais proposições, em virtude de não restarem presentes os requisitos do art. 105, do RICD. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

  
**MICHEL TEMER**  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.334-A/97

Nos termos do art. 119, *caput*, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para apresentação de emendas a partir de 29/06/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 05 de agosto de 1999.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

SECRETÁRIO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997**

"Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social."

**Autor:** Deputado **PAULO PAIM**

**Relator:** Deputado **MARCELO DÉDA**

**I - RELATÓRIO**

Através da iniciativa em epígrafe, o ilustre Deputado Paulo Paim pretende acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o propósito de proibir que sejam expressas, na Carteira de Trabalho e Previdência Social, anotações desabonadoras ao empregado.

Pretende, também, que o empregador seja submetido à multa prevista do art. 52 do mesmo Capítulo, na hipótese de desacato a essa determinação.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o projeto foi aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo Deputado José Pimentel. Por essa nova proposta, o art. 29 da CLT passa a vigorar acrescido dos parágrafos 4º e 5º. O parágrafo 4º contém a proibição de anotações desabonadoras ao empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. O parágrafo 5º dispõe acerca do pagamento de multa por parte do empregador que infringir o disposto no parágrafo anterior.

No prazo regimental, nenhuma emenda foi oferecida ao projeto.  
É o relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

Cumpra a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestar-se acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da iniciativa em análise.

A matéria contida no Projeto de Lei nº 3.334-A, de 1997, cujo signatário é o Deputado Paulo Paim, insere-se no âmbito da competência legislativa da União, de conformidade com o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Insere-se, também, nas atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, *caput*, do mesmo Diploma Constitucional. O autor da propositura é parte legítima para a iniciativa legisferante.

Presente, pois, o pressuposto de constitucionalidade no projeto.

O mesmo se assinala em relação à juridicidade

No tocante à técnica legislativa, tanto o projeto original quanto o substitutivo aprovado pela CTASP exigem alguns reparos. A ementa do substitutivo aprovado corrigiu a falha presente na do projeto original, ao definir que o artigo alterado pertence à "Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Entendemos que é oportuno explicitar também, na redação do art. 1º do projeto, o nº do Decreto-lei que aprovou a CLT.

Ainda quanto à técnica legislativa, devemos registrar a ausência da cláusula de vigência no substitutivo aprovado.

Por assim estar, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.334-A, de 1997, nos termos do substitutivo aprovado pela CTASP, com as emendas apresentadas.

Sala da Comissão, em 6 de 04 de 2000.

Deputado MARCELO DÉDA

Relator





**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997**

"Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social."

**SUBEMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:"

Sala da Comissão, em 6 de 04 de 2000.

  
Deputado **MARCELO DÉDA**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997**

"Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social."

**SUB EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 2º:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em 6 de 04 de 2000.

Deputado **MARCELO DÉDA**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.334-A/97 e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas, nos termos do parecer do Relator, Deputado Marcelo Déda.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Vicente Arruda, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Júlio Delgado, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Nair Xavier Lobo, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Moroni Torgan, Nilmar Ruiz, Ney Lopes, Paulo Magalhães, Geraldo Magela, José Genoíno, Marcelo Déda, Nelson Pellegrino, Waldir Pires, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Luciano Bivar, Ayrton Xerêz, Marcus Vicente, Gustavo Fruet, Mauro Benevides, Cláudio Cajado, Luís Barbosa, Professor Luizinho, Wagner Salustiano e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997

SUBSTITUTIVO DA CTASP

SUBEMENDAS ADOTADAS – CCJR

Nº 1

Dê-se ao art. 1º do substitutivo a seguinte redação:

“Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:”

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997

SUBSTITUTIVO DA CTASP

SUBEMENDAS ADOTADAS – CCJR

Nº 2

Acrescente-se ao substitutivo o seguinte art. 2º:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000

Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.334-B, DE 1997 (DO SR. PAULO PAIM)

Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JOSÉ PIMENTEL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas (relator: DEP. MARCELO DÉDA).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

## SUMÁRIO

### I - Projeto Inicial

### II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- substitutivo oferecido pelo Relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

### III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- subemendas oferecidas pelo Relator (2)
- parecer da Comissão
- subemendas adotadas pela Comissão (2)



**\*PROJETO DE LEI Nº 3.334-B, DE 1997**  
(DO SR. PAULO PAIM)

Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JOSÉ PIMENTEL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas (relator: DEP. MARCELO DÉDA).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*\* Projeto inicial publicado no DCD de 09/08/97.*

*- Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público publicado no DCD de 27/08/98.*

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**S U M Á R I O**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- subemendas oferecidas pelo Relator (2)
- parecer da Comissão
- subemendas adotadas pela Comissão (2)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. Nº 562-P/2000 – CCJR

Brasília, em 03 de agosto de 2000

Publique-se.

Em 01/9 / 2000

Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 28 de junho do corrente, do Projeto de Lei nº 3.334-A/97.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente,

Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MICHEL TEMER  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
N E S T A



Lote: 76  
PL N° 3334/1997  
Caixa: 170  
27

SECRETARIA - GERAL DA MF			
Recebido			
Orgão	CCF	n.º	2824/00
Data:	1/5/00	Hora:	18-00
Ass:	Smy		
	Ponto:	2166	

C



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 3.334-C, DE 1997

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

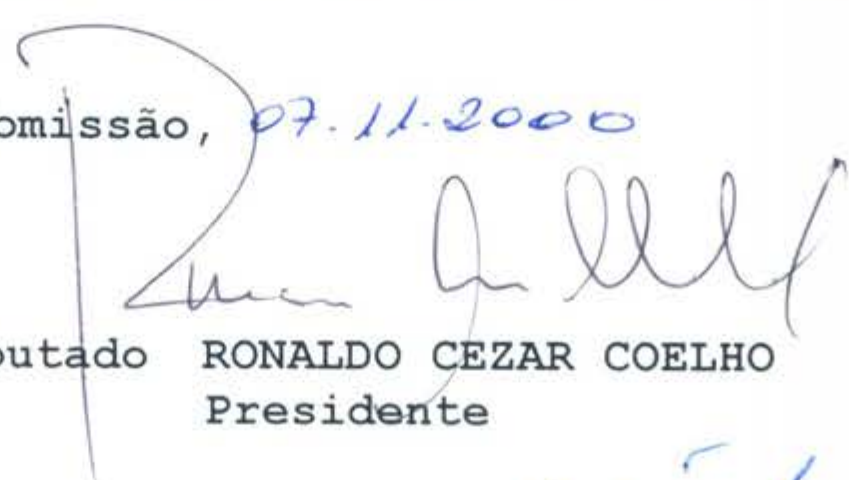
"Art. 29. ....

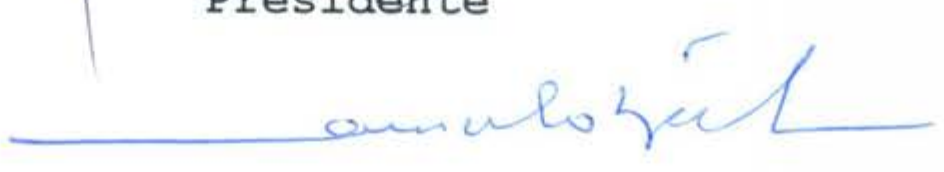
§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 07.11.2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente

  
Deputado MARCELO DÉDA  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.334-C, DE 1997

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Marcelo Déda, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3.334-B/97.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão, Iédio Rosa e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Caio Riela, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Vicente Arruda, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Júlio Delgado, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Darci Coelho, Jaime Martins, Paulo Magalhães, Ricardo Fiúza, Roland Lavigne, Vilmar Rocha, Geraldo Magela, José Dirceu, José Genoíno, Waldir Pires, Augusto Farias, Edmar Moreira, Ibrahim Abi-Ackel, Murilo Domingos, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Luciano Bivar, Ayrton Xerêz, Gustavo Fruet, Nelo Rodolfo, Cláudio Cajado, Jairo Carneiro, José Ronaldo e Luís Barbosa.

Sala da Comissão, em 07 de novembro de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente


PS-GSE/451/00

Brasília, 29 de dezembro de 2000

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.334, de 1997, da Câmara dos Deputados, que "Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

  
Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RONALDO CUNHA LIMA  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
N E S T A



Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 29. ....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de dezembro de 2000

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SEÇÃO DE SINOPSE	PROJETO DE LEI N.º 3.334	de 1997	A U T O R
<p><b>EMENTA</b> Acrescenta parágrafo único ao artigo 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.</p> <p>(Estabelecendo que a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração da Lei Orgânica da Seguridade Social ou do seu regulamento, incidirá nas penalidades nela previstas).</p>			PAULO PAIM (PT - RS)
<b>ANDAMENTO</b>			Sancionado ou promulgado
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>COMISSÕES PERMANENTES Artigo 24, inciso II (Res. 17/89)</p> </div>			
26.06.97	<u>PLENÁRIO</u>	Fala o autor, apresentando o Projeto.	Vetado
<u>MESA</u>		Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54)-(Art. 24, II).	Razões do veto-publicadas no
25.07.97	<u>PLENÁRIO</u>	É lido e vai a imprimir. DCD 09/08/97, pág. 22607 col. 01.	
<u>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES</u>		Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	
25.08.97	<u>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</u>	Distribuído ao relator, Dep. JOSÉ PIMENTEL. DCD 26/08/97, pág. 2605 col. 02.	
<u>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</u>		Prazo para apresentação de emendas: 05 Sessões.	

DESARQUIVADO



ANEXO

PL. nº 3.334/97

22.09.97

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
Não foram apresentadas emendas.

23.09.97

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
Parecer favorável do relator, Dep. JOSÉ PIMENTEL, com substitutivo.

24.09.97

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
Prazo para apresentação de emendas ao substitutivo: 05 sessões.

DCD 27/09/97, pág. 246, col. 1

03.10.97

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

13.04.98

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. JOSÉ PIMENTEL, com substitutivo.  
(PL. nº 3.334-A/97) DCD 27/05/98, pág. 246, col. 1

29.04.98

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

ARQUIVADO nos termos do Artigo 105

do Regimento Interno (P. 17/89)

DCN de 02/05/99, pág. 113, col. 1

EM 11/02/99 - DESARQUIVADO  
Art. 105, § único - Regimento Interno  
(Resolução 17/89)  
DCN 1/1/99, pág. 113, col. 1

ANDAMENTO

25.06.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Distribuído ao relator, Dep. MARCELO DEDEA.

25.06.99 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões a partir de 30.06.99.

30.05.00 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Parecer do relator, Dep. MARCELO DEDEA, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com adoção do substitutivo da C.T.A.S.P., com subemenda.

28.06.00 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. MARCELO DEDEA, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com adoção do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas.

28.06.00 MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)  
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas.  
(PL 3.334-B/97).

12.09.00 MESA  
Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI. (05 sessões) de 12.09 a 05.10.00.

25.10.00 MESA  
Of SGM-P- 841/00, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.

CONTINUA...



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CEL - Seção de Sinopse

PROJETO Nº 3.334/97

Continuação (Verso da folha nº 02)

ANDAMENTO

07.11.00

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Aprovação unânime da redação final, oferecida pelo relator, Dep Marcelo Déda.  
(PL 3334-C/97)



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº 3.334-B, DE 1997 (Do Sr. Paulo Paim)

Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JOSÉ PIMENTEL); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas (relator: DEP. MARCELO DÉDA).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

### SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- substitutivo oferecido pelo Relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



## III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- subemendas oferecidas pelo Relator (2)
- parecer da Comissão
- subemendas adotadas pela Comissão (2)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 31 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 31. ....

Parágrafo único. É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras ao empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, sob pena de sujeitar-se à multa prevista no art. 52 deste Capítulo."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

#### JUSTIFICAÇÃO

Tem sido prática de certos empregadores, uma minoria, felizmente, efetuar anotações desabonadoras aos empregados em suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social. Tal procedimento, contudo, não se coaduna com os princípios e com a finalidade social de que se reveste o direito do trabalho.

A redação anterior da CLT, em seu artigo 32, proibia expressamente a averbação de notas que desabonassem a conduta do possuidor da Carteira de Trabalho. Com o advento do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, aprovou-se nova redação para o artigo, o qual permanece ainda hoje em vigor, não mais subsistindo a menção expressa à proibição.

De qualquer sorte, o entendimento pacificado tanto na doutrina quanto na jurisprudência é o de que permanece vedado proceder anotação prejudicial ao empregado em sua Carteira de Trabalho, independentemente da atual redação do artigo.

Nossa intenção é a de tornar explícita, novamente, no corpo da Consolidação das Leis do Trabalho a proibição de anotar na CTPS questões que depreciem o empregado quanto à sua vida profissional, com respaldo nas decisões proferidas pelas Cortes de Justiça trabalhistas e nos posicionamentos manifestados por especialistas da matéria, eliminando qualquer dúvida que possa surgir sobre a questão.

Demonstrada a importância do tema e o seu manifesto interesse público, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares em sua aprovação.

Sala das Sessões, em 26 de 06 de 1997.

Deputado PAULO PAIM



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS

# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI 5.452 DE 01 DE MAIO DE 1943

*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.*

## TÍTULO II

Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho

### CAPÍTULO I

Da Identificação Profissional

#### SEÇÃO IV

Das Anotações

Art. 31 - Aos portadores de Carteiras de Trabalho e Previdência Social fica assegurado o direito de as apresentar aos órgãos autorizados, para o fim de ser anotado o que for cabível, não podendo ser recusada a solicitação, nem cobrado emolumento não previsto em lei.

\* Art. 31 com redação dada pelo Decreto-lei número 229, de 28 02 1967.

Art. 32 - As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteiras Profissionais serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas

nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará.

\* Artigo, "caput", com redação dada pelo Decreto-lei número 229, de 28 02 1967.

Parágrafo único. As Delegacias Regionais e os órgãos autorizados deverão comunicar ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra todas as alterações que anotarem nas Carteiras Profissionais.

\* Parágrafo com redação dada pelo Decreto-lei número 229, de 28 02 1967.

DECRETO-LEI Nº 229 — DE 28 DE  
FEVEREIRO DE 1967

*Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando a necessidade imperiosa da adaptação de diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho às alterações decorrentes de recentes modificações de ordem administrativa no Ministério do Trabalho e Previdência Social;



Considerando o mesmo imperativo com relação a outros dispositivos de ordem processual ou atinentes à matéria de interesse da Segurança Nacional, seja pela sua própria natureza, seja pelas suas repercussões econômico-sociais, decreta:

Art. 1º Os artigos adiante indicados do Capítulo I "Da Identificação Profissional" do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. É obrigatória a Carteira Profissional prevista neste Capítulo, para o exercício de qualquer emprego, ainda que em caráter temporário, e para o exercício, por conta própria, de atividade profissional remunerada.

§ 1º Equipara-se à Carteira Profissional a carteira especial instituída para o exercício de emprego em atividade disciplinada por regulamentação própria, bem como a do menor de que trata a Seção III, do Capítulo IV, do Título III desta Consolidação.

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO 50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 3.334/97

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25/08/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 2 de setembro de 1997.

*Talita Yeda de Almeida*  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### I - RELATÓRIO

Pretende a presente iniciativa acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que fique proibido ao empregador, de



forma expressa, efetuar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, anotações que lhe sejam desabonadoras.

Na justificação, o Autor alega que essa prática "não se coaduna com os princípios e com a finalidade social de que se reveste o direito do trabalho".

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - foi criada com vistas à identificação profissional do trabalhador, para fins específicos de anotações pertinentes ao contrato de trabalho e às de interesse da Previdência social.

A Consolidação das Leis do Trabalho determina, de forma exhaustiva e detalhada, todos os procedimentos relativos à obtenção e ao uso desse documento profissional, obrigatório para o exercício de qualquer emprego e para o exercício, por conta própria, de atividade profissional remunerada.

Quanto às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, a CLT especifica as que são de responsabilidade do empregador, como: data de admissão, remuneração e condições especiais, se houver, e em quais momentos devem ser feitas tais anotações. Determina, ainda, que as declarações relativas aos dependentes deverão ser registradas nas fichas do empregado (arts. 29 e 32 da mencionada Lei).

Como se vê, na legislação, não há qualquer espaço aberto ao empregador que lhe permita proceder, na carteira profissional de seu empregado, a anotações outras que não as estritamente relacionadas ao seu contrato laboral, especialmente em se tratando de anotações desabonadoras da conduta do trabalhador, decorrentes de julgamentos, muitas vezes, subjetivos, nem sempre bem fundamentadas e das quais podem resultar injustos prejuízos à vida profissional do trabalhador.

Outrossim, para evitar abusos nessa direção que, não raro, ocorrem na prática, é válida a proposta de se tornar explícita a sua proibição pela via legal.



No entanto, com vistas a melhorar o projeto, estamos apresentando um substitutivo que pretende alterar a redação da ementa para proceder à sua correção e incluir a alteração prevista no art. 29 da CLT, por julgarmos que há maior afinidade da matéria com a do precitado dispositivo.

Eis por que somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.334, de 1997, nos termos do substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em 23 de maio de 1997.

  
Deputado **JOSÉ PIMENTEL**  
Relator

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR**

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 29.....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento da multa prevista no art. 52 deste Capítulo.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 1997.

  
Deputado **JOSE PIMENTEL**

Relator

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**PROJETO DE LEI Nº 3.334/97**

Nos termos do art. 119, **caput**, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 24/09/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Substitutivo oferecido pelo Relator.

Sala da Comissão, em 03 de outubro de 1997.

  
Leila Machado Campos de Freitas  
p/Secretária

**III PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, **APROVOU**, unanimemente, com substitutivo, o Projeto de Lei nº 3.334/97, nos termos do parecer do Relator, Deputado José Pimentel.

Estiveram presentes os senhores Deputados Pedro Henry, Presidente; Jovair Arantes, Jaime Martins e Jair Meneguelli, Vice-Presidentes; Paulo Rocha,



Miguel Rossetto, Luciano Castro, José Pimentel, Domingos Leonelli, Marcus Vicente, Bosco França, Chico Vigilante, Pinheiro Landim, Benedito Guimarães, Expedito Júnior, Sandro Mabel, Mendonça Filho, Wilson Braga, Benedito Domingos, Milton Mendes e José Carlos Vieira.

Sala da Comissão, em 15 de abril de 1998.



Deputado **PEDRO HENRY**  
Presidente

### SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art.29.....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo."

Sala da Comissão, em 15 de abril de 1998.



Deputado **PEDRO HENRY**  
Presidente



### DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

O nobre Deputado PAULO PAIM formulou, em 10 de fevereiro do corrente ano, requerimento de desarquivamento de proposições de sua autoria, com fulcro no art. 105, parágrafo único do Regimento Interno.

No tocante à matéria, defiro, presentes os requisitos constantes do art. 105 do RICD, o desarquivamento das seguintes proposições: PL 1.009/88; PL 3.535/89; PL 3.814/89; PL 4.101/89; PL 4.676/90; PL 5.237/90; PL 5.919/90; PL 5.948/90; PL 5958/90; PL 505/91; PL 660/91; PL 984/91; PL 2.704/92; PL 2.878/92; PL 3.406/92; PL 3.814/93; PL 4.565/94; PL 4.567/94; PL 4.573/94; PL 4.585/94; PL 4.594/94; PL 4.653/94; PL 4.710/94; PL 4.853/94; PL 2/95; PL 124/95; PL 139/95; PL 380/95; PL 403/95; PL 552/95; PL 661/95; PL 671/95; PL 759/95; PL 853/95; PL 871/95; PL 1.032/95; PL 1.239/95; PL 1.361/95; PL 367/95; PL 1.847/96; PL 1.959/96; PL 2.256/96; PL 2.286/96; PL 2.287/96; PL 2.320/96; PL 2.334/96; PRC 109/96; PDC 380/97; PDC 385/97; PEC 529/97; PL 3.658/97; PL 3.718/97; PL 3.724/97; PL 3.725/97; PL 3.794/97; PRC 118/97; PRC 123/97; PRC 135/97; PEC 540/97; PL 2.708/97; PL 2.713/97; PL 2.746/97; PL 2.864/97; PL 3.129/97; PL 3.333/97; PL 3.334/97; PL 3.407/97; PL 3.413/97; PL 3.474/97; PL 3.475/97; PL 3.657/97; PRC 140/97; PRC 156/97; PL 4.043/97; PL 4.042/97; PL 4.041/97; PL 4.040/97; PL 4.039/97; PL 4.038/97; PL 4.037/97; PL 3.798/97; PL 3.868/97; PL 3.875/97; PL 3.910/97; PL 3.921/97; PL 4.024/97; PL 4.025/97; PL 4.026/97; PL 4.027/97; PL 4.028/97; PL 4.029/97; PL 4.030/97; PL 4.031/97; PL 4.032/97; PL 4.033/97; PL 4.034/97; PL 4.035/97; PL 4.036/97; PL 4.178/98; PL 4.179/98; PL 4.322/98; PL 4.361/98; PL 4.370/98; PL 4.420/98; PL 4.507/98; PL 4.603/98; PL 4.644/98; PL 4.645/98; PL 4.652/98; PL 4.697/98; PL 4.699/98; PL 4.700/98; PL 4.701/98; PL 4.713/98; PL 4.714/98; PL 4.755/98; PL 4.829/98; PL 4.833/98; e PL 4.639/98. Indefiro quanto às demais proposições, em virtude de não restarem presentes os requisitos do art. 105, do RICD. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

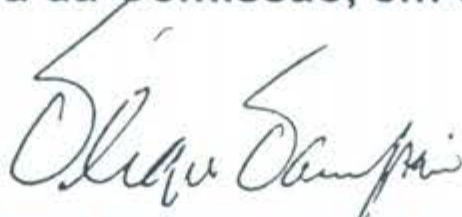
  
**MICHEL TEMER**  
Presidente



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO****TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 3.334-A/97**

Nos termos do art. 119, *caput*, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para apresentação de emendas a partir de 29/06/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 05 de agosto de 1999.



**SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**

**SECRETÁRIO**

## I - RELATÓRIO

Através da iniciativa em epígrafe, o ilustre Deputado Paulo Paim pretende acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o propósito de proibir que sejam expressas, na Carteira de Trabalho e Previdência Social, anotações desabonadoras ao empregado.

Pretende, também, que o empregador seja submetido à multa prevista do art. 52 do mesmo Capítulo, na hipótese de desacato a essa determinação.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o projeto foi aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo Deputado José Pimentel. Por essa nova proposta, o art. 29 da CLT passa a vigorar acrescido dos parágrafos 4º e 5º. O parágrafo 4º contém a proibição de anotações desabonadoras ao empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. O parágrafo 5º dispõe acerca do pagamento de multa por parte do empregador que infringir o disposto no parágrafo anterior.

No prazo regimental, nenhuma emenda foi oferecida ao projeto.  
É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cumpra a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestar-se acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da iniciativa em análise.

A matéria contida no Projeto de Lei nº 3.334-A, de 1997, cujo signatário é o Deputado Paulo Paim, insere-se no âmbito da competência legislativa da União, de conformidade com o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Insere-se, também, nas atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, *caput*, do mesmo Diploma Constitucional. O autor da propositura é parte legítima para a iniciativa legisferante.



Presente, pois, o pressuposto de constitucionalidade no projeto.

O mesmo se assinala em relação à juridicidade

No tocante à técnica legislativa, tanto o projeto original quanto o substitutivo aprovado pela CTASP exigem alguns reparos. A ementa do substitutivo aprovado corrigiu a falha presente na do projeto original, ao definir que o artigo alterado pertence à "Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Entendemos que é oportuno explicitar também, na redação do art. 1º do projeto, o nº do Decreto-lei que aprovou a CLT.

Ainda quanto à técnica legislativa, devemos registrar a ausência da cláusula de vigência no substitutivo aprovado.

Por assim estar, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.334-A, de 1997, nos termos do substitutivo aprovado pela CTASP, com as emendas apresentadas.

Sala da Comissão, em 6 de 04 de 2000.



Deputado MARCELO DÉDA

Relator

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997

### SUBEMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:"

Sala da Comissão, em 6 de 04 de 2000.



Deputado MARCELO DÉDA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.334-A, DE 1997

### SUB EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 2º:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em 6 de 04 de 2000.

  
Deputado **MARCELO DÉDA**

### III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.334-A/97 e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas, nos termos do parecer do Relator, Deputado Marcelo Déda.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Ronaldo Cezar Coelho – Presidente, Inaldo Leitão e Ary Kara – Vice-Presidentes, André Benassi, Eduardo Paes, Fernando Gonçalves, Jutahy Júnior, Léo Alcântara, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Vicente Arruda, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Júlio Delgado, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Geovan Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Nair Xavier Lobo,



Osmar Serraglio, Renato Vianna, Antônio Carlos Konder Reis, Jaime Martins, Moroni Torgan, Nilmar Ruiz, Ney Lopes, Paulo Magalhães, Geraldo Magela, José Genoíno, Marcelo Déda, Nelson Pellegrino, Waldir Pires, Fernando Coruja, José Roberto Batochio, Bispo Rodrigues, Luciano Bivar, Ayrton Xerêz, Marcus Vicente, Gustavo Fruet, Mauro Benevides, Cláudio Cayado, Luís Barbosa, Professor Luizinho, Wagner Salustiano e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente

SUBSTITUTIVO DA CTASP

SUBEMENDAS ADOTADAS – CCJR

Nº 1

Dê-se ao art. 1º do substitutivo a seguinte redação:

“Art. 1º O artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:”

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000

  
Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente

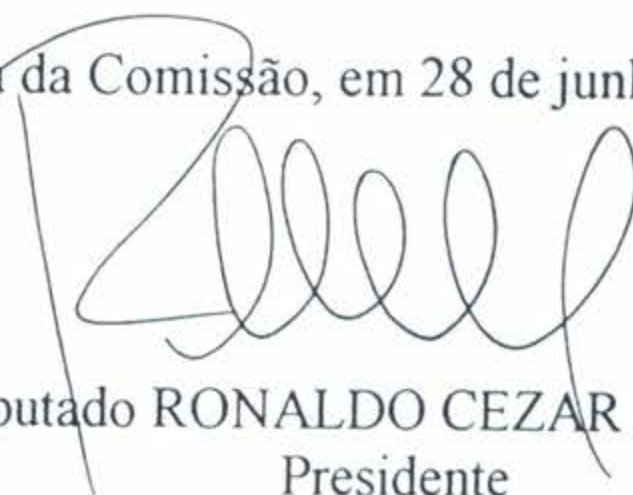
SUBSTITUTIVO DA CTASP  
SUBEMENDAS ADOTADAS – CCJR

Nº 2

Acrescente-se ao substitutivo o seguinte **art. 2º**:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000



Deputado RONALDO CEZAR COELHO  
Presidente



1104  
Ofício nº 1104 (SF)

Brasília, em 11 de setembro de 2001.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2001 (PL nº 3.334, de 1997, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 10.270, de 29 de agosto de 2001, que "acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social".

Atenciosamente,

  
Senador Carlos Wilson  
Primeiro Secretário

PRIMEIRA-SECRETARIA

Em 12/ setembro, 2001

De ordem, ao Senhor Secretário-  
Geral da Mesa, para as devidas  
Providências.

  
IARA ARAÚJO ALENCAR AIRES  
Chefe de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Severino Cavalcanti  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
vpl/plc01-007

ARQUIVE-SE

Em 19/09/01

Secretário-Geral da Mesa

Sancionado  
29/8/2001



Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

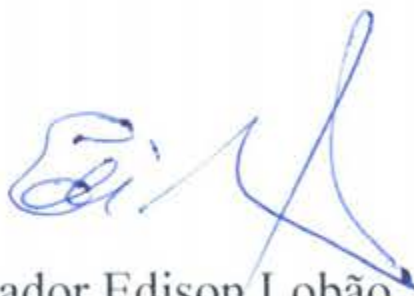
“Art. 29.....

.....  
§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo.”(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001



Senador Edison Lobão  
Presidente do Senado Federal,  
Interino



Aviso nº 1.014 - C. Civil.

Em 29 de agosto de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 7, de 2001 (nº 3.334/97 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.270, de 29 de agosto de 2001.

Atenciosamente,

  
PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CARLOS WILSON  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
**BRÁSÍLIA-DF.**

Mensagem nº 928

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.270, de 29 de agosto de 2001.

Brasília, 29 de agosto de 2001.





**LEI Nº 10.270 , DE 29 DE AGOSTO DE 2001.**

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º :

“Art. 29.....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.



Aviso nº 1.014 - C. Civil.

Em 29 de agosto de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 7, de 2001 (nº 3.334/97 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.270, de 29 de agosto de 2001.

Atenciosamente,

  
PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CARLOS WILSON  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
**BRÁSÍLIA-DF.**



Mensagem nº 928

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.270, de 29 de agosto de 2001.

Brasília, 29 de agosto de 2001.



LEI Nº 10.270 , DE 29 DE AGOSTO DE 2001.

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º O art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º :

“Art. 29.....  
.....

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.









## Coordenação de Comissões Permanentes

PROJETO DE LEI Nº 3.334, de 1997

(DO SR. PAULO PAIM)

Acrescenta parágrafo único ao art. 31 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, proibindo anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

DESPACHO: 26/06/1997 - CTASP - CCJR (ART. 54) - ART. 24, II

ORDINÁRIA

25/07/1997 - À publicação

25/07/1997 - À CTASP

25/07/1997 - Entrada na Comissão

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ - Distribuído ao relator Dep. José Pimentel.

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ - Prazo para recebimento de emendas.

02/09/1997 - Findo o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto

23/09/1997 - Parecer do relator, Dep. José Pimentel, favorável, com substitutivo.

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ - Prazo para recebimento de emendas.

03/10/1997 - Findo o prazo, não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

05/11/1997 - adiada a discussão

19/11/1997 - Concedida vista ao Dep. Sandro Mabel

15/04/1998 - Aprovado, unanimemente, o projeto, nos termos do parecer do Relator.

29/04/1998 - Encaminhado à Comissão de Justiça.

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ -

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ - À Publicação

12/05/1998 - Publicação da CTASP: termo de recebimento de emendas, parecer do relator, substitutivo oferecido pelo relator, termo de recebimento de emendas ao substitutivo, parecer da Comissão, substitutivo adotado pela Comissão

12/05/1998 - À publicação

09/06/1998 - Of. 143/98-CTASP, de 30/04/98, comunica a aprovação deste. Publique-se.

02/02/1999 - Ao Arquivo - Guia 102/99 - projetos original e de tramitação

08/04/1999 - DESARQUIVADO e enviado a esta Comissão.

11/02/1999 - Deferido Requerimento do autor solicitando o desarquivamento deste.

17/03/1999 - Ao Arquivo o Memo. 57/99 solicitando a devolução deste.

08/04/1999 - À CCJR

25/06/1999 - Distribuído ao relator, Dep. Marcelo Déda.

24/04/2000 - Devolução da Proposição com parecer:

30/05/2000 - Concedida vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho.

28/06/2000 - Aprovação unânime do parecer do relator, Deputado Marcelo Déda, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas.

29/06/2000 - DCD - LETRA B

31/08/2000 - LETRA B - pareceres da CTASP e CCJR - ENCERRAMENTO.

10.19





**Identificação: PL. (PROJETO DE LEI (CD)) 03334 de 1997**

**Autor(es):**

PAULO PAIM (PT - RS) [DEP]

**Origem: CD**

**Ementa:**

ACRESCENTA PARAGRAFO UNICO AO ARTIGO 31 DO DECRETO-LEI 5452, DE PRIMEIRO DE MAIO DE 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, PROIBINDO ANOTAÇÕES DESABONADORAS NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL.

**Indexação:**

ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, (CLT). PROIBIÇÃO, EMPREGADOR, ANOTAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL, CONTEUDO, OFENSA, DESRESPEITO, PREJUÍZO, CONDUTOR, EMPREGADO, OBJETIVO, RESPEITO, PROFISSÃO, DIREITO DO TRABALHO, PENA, MULTA, EMPRESA, INFRATOR, NORMAS, LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.

**Poder Conclusivo : SIM**

**Legislação Citada:**

DEL 005452 de 1943

**Despacho Atual:**

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)

**Última Ação:**

TRCOM - EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES  
28 06 2000 - CCJR - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO  
APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER DO RELATOR, DEP MARCELO DÉDA, PELA  
CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA DESTA, COM ADOÇÃO DO  
SUBSTITUTIVO DA CTASP, COM SUBEMENDAS.

**Regime de Tramitação:**

ORDINÁRIA

**Tramitação:**

26 06 1997 - PLENÁRIO (PLEN)  
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP PAULO PAIM.

25 07 1997 - MESA (MESA)  
DESPACHO INICIAL A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).

25 07 1997 - PLENÁRIO (PLEN)



LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA. DCD 09 08 97 PAG 22601 COL 01.

**25 08 1997 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES. DCD 23 08 97 PAG 24923 COL 01.

**25 08 1997 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
RELATOR DEP JOSE PIMENTEL. DCD 26 08 97 PAG 26065 COL 02.

**02 09 1997 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

**23 09 1997 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP JOSE PIMENTEL, COM SUBSTITUTIVO.

**24 09 1997 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS AO SUBSTITUTIVO: 05 SESSÕES. DCD 24 09 97  
PAG 29465 COL 01.

**03 10 1997 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS AO SUBSTITUTIVO.

**15 04 1998 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP JOSE PIMENTEL, COM  
SUBSTITUTIVO (PL. 3334-A/97). DCD 27 08 98 PAG 22263 COL 02.

**29 04 1998 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
ENCAMINHADO A CCJR.

**02 02 1999 - MESA (MESA)**  
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 105 DO RI. DCDS 03 02 99 PAG 0130 COL 01.

**11 02 1999 - MESA (MESA)**  
DESARQUIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 105, PARÁGRAFO ÚNICO DO RI.

**25 06 1999 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)**  
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.

**25 06 1999 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)**  
RELATOR DEP MARCELO DEDA.

**30 05 2000 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)**  
PARECER DO RELATOR, DEP MARCELO DEDA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE  
E TÉCNICA LEGISLATIVA DESTES, COM ADOÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CTASP, COM  
SUBEMENDA.

